

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

TATIANA RAQUEL HUNSPER

**REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS RELAÇÕES DE
GÊNERO: A RESSONÂNCIA NA VIDA DA MULHER**

SÃO BORJA

2021

TATIANA RAQUEL HUNSPER

**REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS RELAÇÕES DE
GÊNERO: A RESSONÂNCIA NA VIDA DA MULHER**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI) da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar.

Orientador: Prof. Dr. José Wesley Ferreira

SÃO BORJA

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

H938 Hunsper, Tatiana Raquel

REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A RESSONÂNCIA NA VIDA DA MULHER / Tatiana Raquel Hunsper.

24 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -- Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E INTERVENÇÃO EM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR, 2021.

"Orientação: José Wesley Ferreira".

1. Gênero, Violência Intrafamiliar, Violência Transgeracional. I. Título.

TATIANA RAQUEL HUNSPER

AS MEDIAÇÕES ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Intervenção em Violência Intrafamiliar da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Política e Intervenção em Violência Intrafamiliar.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de agosto de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira
Orientador
(Unipampa)

Prof^a. Dra Elisângela Maia Pessoa
(Unipampa)

Mestre Franciele Machado dos Santos

(Assistente Social)



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/08/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ELISANGELA MAIA PESSOA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/08/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Franciele Machado dos Santos, Usuário Externo**, em 09/08/2021, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0573244** e o código CRC **74A6088D**.

REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A RESSONÂNCIA DA VIDA DA MULHER

Tatiana Raquel Hunsper¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de desvendar como a violência transgeracional se manifesta na vida das mulheres, levando em consideração a desigualdade de gênero. Diante disso, para atingir o objetivo se fez uso de referências bibliográficas que tratam sobre violência transgeracional e desigualdade de gênero. O estudo foi desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico que possibilitou a problematização das relações entre as desigualdades de gênero e a transgeracionalidade da violência intrafamiliar. Os resultados do estudo evidenciam que a desigualdade de gênero é um dos fatores determinantes da violência intrafamiliar transgeracional que em certa medida também favorece a reprodução da desigualdade de gênero. Também ficou demonstrado que a experiência do sofrimento decorrente da desigualdade de gênero e da violência transgeracional pode potencializar o desenvolvimento da consciência crítica das mulheres em relação ao patriarcado. Além disso, é salientada a importância dos movimentos feministas nesse processo de resistência ao patriarcado protagonizado pelas mulheres.

Palavras-chaves: Gênero, Violência Intrafamiliar, Violência Transgeracional

ABSTRACT

This article aims to reveal how transgenerational violence manifests itself in women's lives, taking into account gender inequality. Therefore, to achieve the objective, bibliographical references that deal with transgenerational violence and gender inequality were used. The study was developed from a bibliographical survey that allowed the problematization of the relationship between gender disparities and the

¹ Psicóloga Clínica e Acadêmica do Programa de Pós-Graduação Latu Sensu em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI)

transgenerationally of intrafamily violence. The study results show that gender inequality is one of the determining factors of transgenerational intra-family violence that, to a certain extent, also favors the reproduction of gender inequality. It was also demonstrated that the experience of suffering resulting from gender inequality and transgenerational violence can enhance the development of critical awareness of women concerning patriarchy. Furthermore, the importance of feminist movements in this process of resistance to patriarchy led by women is highlighted.

Keywords: Gender, Intra-Family Violence, Transgenerational Violence

1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva explicar como a violência transgeracional se manifesta na vida das mulheres, principalmente no que confere as relações de gênero. Ele foi realizado por meio de leituras de artigos científicos com o foco na compreensão da relação da violência transgeracional com a reprodução da desigualdade de gênero. Ou seja, o estudo identificou que a violência transgeracional reproduz as desigualdades de gênero que favorecem a manutenção da violência transgeracional em um processo no qual desigualdade de gênero e violência transgeracional se retroalimentam.

O modelo de sociedade patriarcal produz a desigualdade de gênero, e essa, é nociva e reproduz os mais diversos tipos de violência, dentre eles, a violência transgeracional. Embora a violência seja uma manifestação cíclica e complexa, é proeminente descortinar um dos fatores determinantes da reprodução da violência transgeracional nas desigualdades de gênero, que repercutem negativamente principalmente na vida das mulheres, de modo que, o que acontece em várias gerações impacta no presente e no futuro.

A violência vivenciada pelas mulheres, é resultante de um arquétipo de sociedade que prega ideologias machistas legitimadas pela ideologia dominante. No decorrer do artigo é problematizada a articulação da violência decorrente da desigualdade de gênero com a reprodução da violência transgeracional.

Na sociedade em que vivemos existem diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em razão da questão de gênero e uma delas é a violência. A violência é um

fenômeno complexo, vivenciado por cada sujeito de forma singular e por diversas vezes existe o questionamento, por que a violência existe? Por que ocorre? Identificou-se na leitura dos artigos que a desigualdade de gênero é um fator que impacta decisivamente na violência familiar e em sua reprodução transgeracional.

A violência transgeracional desencadeia a transmissão psíquica favorecedora de reproduções subjetivas que naturalizam a violência de gênero, por isso, atravessam gerações e são reproduzidas sem muitas mudanças nos padrões de comportamento, impondo um estado bruto aos descendentes (GRANJON, 2000).

O estudo se caracteriza como um levantamento bibliográfico, que possibilitou exploração de materiais relevantes sobre as temáticas da violência transgeracional e de gênero, por meio de artigos que retratam o assunto.

Como forma de investigação, a pesquisa então se ancorou na seguinte indagação: Como a violência transgeracional é perpassada pela desigualdade de gênero? A partir dessa pergunta, iniciou-se as leituras dos artigos com o intuito de problematizar as relações entre as desigualdades de gênero e a violência transgeracional e os resultados desse processo são apresentados no desenvolvimento desta produção por meio dos seguintes capítulos: 2) As incidências da desigualdade de gênero na reprodução da violência transgeracional; 2.1) O machismo no cotidiano; 2.2) A violência transgeracional: subjetivação do patriarcado e naturalização da violência X experiência do sofrimento que encoraja a negação; 2.3) Os movimentos sociais e concluindo com as 3) Considerações Finais.

2 AS INCIDÊNCIAS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL

A desigualdade de gênero produz processos sociais que contribuem com a reprodução da violência doméstica e intrafamiliar, por meio de ciclos de violência que tendem a se perpetuar transgeracionalmente nas famílias. Esses ciclos são influenciados culturalmente por uma sociedade patriarcal, na qual o gênero masculino possui maior poder, o que se expressa no domínio das atividades econômicas, políticas e familiares. A violência intrafamiliar afeta diferentes sujeitos na sociedade, de forma continuada (BRASIL, 2002).

A própria violência é em si, uma expressão de comportamento, presente historicamente na sociedade, por isso mesmo, é uma forma de expressão que pode acontecer por ser influenciada pelo contexto social e histórico, sendo que dependerá de como os sujeitos avaliam os relacionamentos (SILVA *et al.* 2011).

A mulher é atribuída o papel de ser o sexo frágil, tendo em vista que ela é calada e anulada tanto no âmbito público como no privado, e não somente isso, ela possui papéis estereotipados na sociedade. A representação social partilhada de que o homem foi considerado o detentor único do poder e as mulheres sempre se viram excluídas dele se deve há uma visão histórica, no qual condicionou o modo de pensar de ambos, de forma que parece um pensamento de que as coisas naturalmente sempre foram assim (HIRIGOYEN, 2006).

Nesse aspecto, a desigualdade de gênero também contribui para a discrepância nos papéis sociais, porque os homens são culturalmente preparados para se inserir no mercado do trabalho, enquanto as mulheres são direcionadas para inserção nas atividades domésticas com a família, o que dificulta a ruptura com as relações de violência, de modo que, em muitos dos casos há uma dependência econômica e psicológica em relação aos companheiros. Segundo Safiotti (1987), há uma desvalorização social desse espaço doméstico, no qual é atribuída a crença de que os papéis domésticos sejam destinados às mulheres. Tal pensamento ainda perdura nos dias atuais.

Por outro lado, a figura masculina é socialmente e culturalmente predominante perante o gênero feminino, sendo essa a concepção que atravessa crenças e ideias, bem como produzem nas mulheres um pensamento de submissão e subserviência às atividades domésticas, sobretudo, no que concerne ser boas mães e boas companheiras, às vezes se anulando e reproduzindo um processo cultural e social favorecedor da violência de gênero.

[...] os papéis estereotipados de gênero veiculados pela cultura através da família tornam invisível tanto a produção quanto a reprodução da subordinação feminina, solo fértil para a ocorrência de abusos (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 09).

Ainda de acordo com Narvaz e Koller (2006), os processos sociais que produzem subjetividades que naturalizam a submissão feminina nas relações de gênero, são produzidos pela cultura perpassada pelo machismo, reproduzida nas

relações afetivas em âmbito familiar. Desse modo, é por meio dessas relações familiares que se reforçam padrões aceitos e legitimados por uma visão cultural patriarcal. Essa cultura apresenta uma hierarquia na qual sobrepuja diferentes espaços na sociedade, assim como apresenta uma estrutura de poder. Tal relação de poder é observada na própria relação familiar, caracterizando-se como uma violência de gênero (RODRIGUES *et al*, 2016).

É através de uma cultura predominantemente machista e de outros fatores sociais, como por exemplo, a dependência econômica das mulheres, que se desencadeia a reprodução da violência transgeracional. Ocorre que nas famílias nas quais as maiores rendas pertencem a figura masculina, a dependência econômica obstaculiza o rompimento de relações conjugais perpassadas por violências. As mulheres sentem insegurança financeira e alimentam um sentimento dúbio de culpa e medo por abandonar o casamento e o pai dos seus filhos, inclusive pela influência do pai na guarda do filho. Em relação à dependência econômica, infere-se que algumas dessas mulheres avaliam se a pensão alimentícia arcaria com os gastos dos filhos e diante desses obstáculos e dúvidas, as mulheres, às vezes, mantêm as relações nas quais suportam situações de violência no intuito de garantir a qualidade de vida dos seus filhos (as). Com base no exposto, infere-se que a cultura patriarcal produz desigualdade de gênero que se reproduz em violência transgeracional contra as mulheres.

2.1 O machismo no cotidiano

O pensamento machista é um fator determinante para a existência de uma lente cultural, pela qual a sociedade visualiza o papel e a existência da mulher na questão sociocultural. Sobre esse aspecto, notadamente se atribuem obrigações e deveres para as mulheres, que historicamente são educadas para serem do lar. Em muitos casos, a educação aprendida nas relações familiares tende a naturalizar relações de violência doméstica, porque a aprendizagem também ocorre por meio das experiências. Mas, esse tipo de violência não deve ser entendido como tendo apenas um único agente gerador, já que há múltiplos fatores que desencadeiam e mantêm essa violência, além das questões transgeracionais envolvidas (SILVA, VALADARES & SOUZA, 2013).

E algumas situações em que as mulheres vivenciam a violência na família de origem, esse padrão de relacionamento pode ser reproduzido nas famílias constituídas na vida adulta, inclusive, na procura por parceiros violentos, se tornando pessoas, desta forma, mais vulneráveis (RENNER & SLACK, 2004).

O sujeito é constituído por um conjunto de fatores, decorrentes de aspectos econômicos, sociais, culturais e familiares predominantes na sociedade e conseqüentemente nas famílias em que se encontram inseridos. A experiência da violência vivenciada na história familiar pregressa pode produzir processos de naturalização da violência. Essa naturalização não pode ser desconsiderada, pois, os problemas gerados por esse tipo de violência comprometem a saúde e o bem-estar da mulher (MACY *et al.* 2010).

A família é o nosso primeiro contato social, visto que, através dela constituímos as relações, aprendemos sobre o cuidado, amor, carinho, ou até mesmo a exposição de atos de violência, ódio e desrespeito, tendo assim a configuração de uma violência intrafamiliar que pode acarretar em violência transgeracional a medida em que os processos vivenciados nas famílias de origem são naturalizados e reproduzidos. No tocante da violência intrafamiliar, ela se configura como: “[...] qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros” (BRASIL, 2002, p.12).

Com o passar do tempo outras instituições sociais, além da família, vão se inserindo nas relações dos sujeitos, com isso, outros atores sociais vão se agregando nas relações, por exemplo, a escola, na qual se desenvolvem relações com professores, colegas e outros funcionários.

Em uma relação de violência na escola, na qual a maneira de se socializar da criança e resolver alguma diferença com outra, é através de ofensas ou agressões físicas, pode se expressar a reprodução de um padrão de violência aprendido em casa, tendo em vista que a violência vivenciada pelas crianças em âmbito privado se reflete nas relações interpessoais futuras.

Segundo Mota *et al.* (2014), a família é importante na formação da identidade da criança e nos valores construídos, sobretudo a partir das relações e trocas afetivas. Em um ambiente familiar violento, os membros do grupo familiar tendem a naturalizar a agressividade nas relações humanas, visualizando a violência como uma maneira de resolução dos problemas. Esse processo de aprendizagem da violência tende a se

reproduzir nas famílias constituídas por sujeitos que vivenciaram a violência na família de origem, contribuindo com a reprodução da violência transgeracional.

As crianças no seu desenvolvimento observam os adultos como maneira de aprendizagem, como se alimentam, como conversam, como agem e como se relacionam na vida amorosa. Na vida adulta suas escolhas conjugais tendem ser baseadas nessas aprendizagens adquiridas na observação dos seus pais durante o convívio familiar.

A partir das questões de transgeracionalidade, Wagner e Falcke (2001) destacam que a formação do casal e, conseqüentemente, de uma nova família, se dá por meio do encontro dos sistemas de crenças das famílias de origem dos cônjuges. Assim, quando as pessoas se casam ou passam a viver em união conjugal, acontece o encaixe entre sistemas míticos de duas estruturas familiares diferentes, formando um novo sistema baseado nos sistemas familiares de cada cônjuge (COMIN; SANTOS, p. 528, 2010).

Portanto, a escolha dos companheiros para a constituição das famílias, é motivada em parte, pelas experiências apreendidas na família de origem. Então, se as opressões de gênero são naturalizadas pelos pais, os filhos, podem reproduzir tais opressões a medida em que as vivências na família de origem contribuem para que ocorra a naturalização da violência física e psicológica atravessada pela desigualdade de gênero.

Os processos sociais são produzidos pela estrutura social que organiza os padrões de sociabilidade e se interpenetram nas relações particulares em âmbito doméstico e intrafamiliar, no qual tais processos são reproduzidos, pois o patriarcado e a violência produzidos socialmente são apreendidos e naturalizados nas relações primárias estabelecidas na família, colaborando para sua reprodução em âmbito social, ou seja, os processos sociais são circulares e produzidos amplamente na sociedade e impactam nas relações familiares que reproduzem os processos sociais no espaço público.

[...] homens e mulheres que, por sua vez, reproduzem e perpetuam papéis estereotipados e opressores, assim legitimando cada vez mais os disparates e as incongruências que pautam as relações de gênero em nossa sociedade (WINCK; STREY, 2008, p. 115).

Os papéis atribuídos socialmente aos gêneros contribuem com a perpetuação da violência transgeracional perpassada pela desigualdade de gênero. A desigualdade de classe que produz a pobreza se articula com a desigualdade de

gênero, potencializando as circunstâncias que contribuem com o desencadeamento das violências transgeracionais. Um exemplo disso, é a questão da educação familiar das mulheres, que se inserem nas atividades de reprodução familiar ao invés de buscar inserção no mercado de trabalho aumentando a submissão delas. Esse processo cria carência de qualificação profissional nas mulheres para inserção no mundo do trabalho e o sentimento de que devem se dedicar exclusivamente aos cuidados da família.

Há outra questão a se discutir, que é a opressão do lugar feminino, que se inicia a partir da coisificação. A coisificação da mulher surge concomitantemente com a família monogâmica e patriarcado, pois a partir de então, as mulheres se tornaram propriedades do chefe patriarcal que as utilizavam como instrumento de reprodução de seus herdeiros. A partir de então, a autonomia das mulheres em relação as suas atividades e em relação aos seus corpos, foi reduzida consideravelmente, apesar dos avanços recentes proporcionados pela pílula anticoncepcional e pelos movimentos feministas que questionam e resistem à dominação patriarcal.

Quando as mulheres não seguem esses padrões, elas são passíveis de punição moral e violenta. Nas famílias essa violência muitas vezes é psicológica e se reproduz com os familiares que aconselham as mulheres a se manterem no casamento, a cuidar bem do marido, dentre outros chavões populares que reproduzem a desigualdade entre os gêneros e a violência transgeracional.

Culturalmente, a sociedade costuma coisificar a figura da mulher tratando-a como uma mercadoria, onde há a concepção de que o casamento é uma aquisição e a partir disso não é mais possível voltar para sua casa de origem, sendo obrigada a se manter no matrimônio, mesmo vivenciando relações de violência. Isso é um padrão pré-estabelecido e vivenciado nas famílias dessas mulheres, em que a submissão de suas mães eram recorrentes, sendo destinadas a ficar em suas relações, sem poder sair, perpetuando uma reprodução transgeracional da violência decorrente da desigualdade entre os gêneros.

Em muitos dos casos, quando as mulheres desejam romper o casamento, não encontram apoio na sua família, e nesse momento, seus pais as aconselham a se manterem no matrimônio, sob o argumento de que os filhos vão sofrer com a separação dos pais e também de que seu companheiro vai arrumar outra mulher e vai esquecer do filho, reduzindo o pagamento das pensões, dentre outros aspectos que contribuem para as mulheres se desmotivarem com o divórcio.

A família pode sentir vergonha com a separação, pois possui uma crença cultural ancorada no pressuposto religioso cristão que apregoa que quando casamos seremos “felizes para sempre” e padroniza a relação afetiva que depois de consumada perante Deus deve ser eterna e a separação se constitui como um pecado, pois a “boa mulher deve ser paciente com seu marido”. Com isso, as mulheres não podem se separar do marido por hipótese nenhuma e esse peso aumenta ainda mais quando está envolvida com a maternidade.

Em muitas situações as mulheres se mantêm em relacionamentos abusivos em razão da dependência financeira. Às vezes, as mulheres se casam cedo e abdicam da vida escolar e da preparação para inserção no mercado de trabalho, se dedicando somente aos cuidados dos filhos e do lar. Posteriormente quando decidem se inserir no mercado de trabalho acabam se inserindo em atividades precarizadas, recebendo menos que os homens.

A reprodução dos papéis atribuídos ao gênero feminino desencadeia o abandono da vida escolar necessário para inserção no mercado de trabalho e contribui com a pobreza e a dependência financeira das mulheres. Esse processo gera incertezas, medos, receios e muitos outros sentimentos, contribuindo para a manutenção dos casamentos, porque as mulheres dependem financeiramente dos companheiros.

Além do sexo feminino receber menos, quando se possui filhos, encontra-se outro agravante, não há creches suficientes ou lugares públicos para receberem esses filhos, no turno em que se encontram trabalhando. Com isso, essas mulheres ficam impossibilitadas de trabalhar ficando totalmente dependente financeiramente do marido, por não possuírem uma fonte de renda.

As questões financeiras produzem preocupações nas mulheres relacionadas a manutenção de suas famílias, pois as vezes dependem do dinheiro dos companheiros para custear a alimentação, aluguel e demais gastos, tais preocupações se somam ao sentimento de culpa, por se separar e o medo e a insegurança em se apresentar socialmente como “mulher solteira”.

Segundo Razer e Falcke (2014): [...] o casal considera mais difícil uma separação do que propriamente permanecer em um contexto de violência. Acaba predominando preocupações com os filhos, no qual a mulher, não quer separar os filhos da convivência com seus pais, prezando para que a família se mantenha independente do sofrimento e violência em que se encontre. Essas questões

objetivas e subjetivas se tornam um peso muito grande para o rompimento do ciclo de violência familiar.

Essa reprodução transgeracional é fruto da reprodução de processos sociais apreendidos primeiramente na sua família de origem e reafirmados posteriormente nas relações sociais estabelecidas na escola, na igreja, e em outros espaços públicos nos quais apreendem os papéis atribuídos aos gêneros.

2.2 A violência transgeracional: subjetivação do patriarcado e naturalização da violência X experiência do sofrimento que encoraja a negação

As violências vivenciadas e reproduzidas são psicológica, física, sexual, entre outras tantas, diversas em suas nomeações e formas, elas se perpetuam através dos anos, porque se encontram enraizadas em fatores produzidos socialmente e reproduzidos nas relações familiares nas quais o gênero feminino acaba sendo mais atingido. Segundo Silva *et al.* (2007, p. 96), que cita o Ministério da Saúde para explicar o conceito de violência física:

Violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas: (hemorragias, fraturas), externas (cortes, hematomas, feridas).

A mulher por ser fisicamente mais frágil do que o homem, está mais suscetível a sofrer violência física, pois sua defesa se torna inviável em algumas situações, gerando aproveitamento da parte masculina para realizar agressões. Toda violência causa danos para a vítima, embora existam outros tipos de violência, a física é a que possui mais facilidade de ser identificada, pois causa lesões corporais visíveis, tanto perante a vítima, como o agressor, e as outras pessoas de convivência ao seu redor. Segundo Oliveira *et al.* (2005, p.3):

Por violência sexual se compreende o estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor, sedução, atos obscenos e assédio, que podem ocorrer de forma conjugada, inclusive, com outros tipos de violência física (lesão corporal, tentativa de homicídio maus tratos e ameaças).

A violência sexual acaba passando despercebida por muitas mulheres, que compreendem que para estar num relacionamento, necessitam suprir os desejos e

vontades do outro, muitas vezes anulando o seu próprio desejo, tendo relações sexuais sem consentimento, forçadas, de forma desconfortável para as mesmas. Além da ocorrência de casos de estupro, onde a mulher é forçada estando consciente ou inconsciente a praticar o ato sexual.

A violência psicológica é silenciosa, e seus danos são tão intensos quanto, a violência física, podendo se perpassar por anos, sendo despercebida, mas acarretando diversos danos, tanto conscientes, como inconscientes.

Conforme Fonseca *et al.* (2012), Violência psicológica ou emocional é caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, todas formas que proporcionem uma diminuição da vítima e que acarrete danos. A violência psicológica acarreta diversos danos na vida de algumas mulheres, nas quais se consideram incapazes de realizar qualquer tipo de atividade, tanto profissional como outras, presente no seu dia a dia, pois o agressor, por muitas vezes ataca pontos importantes da vida da mesma, fazendo a mulher desacreditar de si mesma, interferindo em diversos setores da sua vida. Com isso, muitas vezes desencadeando uma patologia, como ansiedade, depressão, crises de pânico, entre outras tantas, a serem nomeadas.

O gênero feminino, é o mais atingido pelos fatores que envolvem a violência, além de ser mais frágil fisicamente, é o mais cobrado socialmente, a partir de crenças e determinações estabelecidas perante uma sociedade com seus próprios princípios e julgamentos, que devem ser cumpridos pelo simples fato de ser uma mulher, tornando a questão de gênero algo tão complexo, porque a mulher é condenada pelo seu corpo, formas de prazer e sexualidade. A mulher possui seu corpo coisificado, como um produto á venda, no qual é utilizado todo um marketing, como por exemplo, algumas propagandas de cerveja, que utilizam do corpo da mulher para seus comerciais, sendo aquele corpo idealizado e sensualizado, perante uma sociedade machista. De acordo com Oliveira (2018, p. 504):

Os padrões de corpos apresentados são constantemente mostrados pela mídia através das novelas, campanhas publicitárias, mídia impressa e são consideradas como modelo de saúde. Padrões considerados inalcançáveis pela maioria das mulheres, o que as coloca em constante insatisfação com o próprio corpo. São corpos que estão constantemente expostos, oferecidos com e/ou como produtos pela publicidade. Imagens de corpos que reforçam as exigências estéticas, consideradas como ideal a ser alcançado pelas mulheres.

Ao mesmo tempo em que o corpo da mulher é coisificado e usado, ela é condenada pelo seu corpo, por suas vestes, sendo essa a justificativa para um estupro, ou para praticar um ato de violência perante as mesmas, pois suas vestimentas estavam desrespeitando seu companheiro, ou qualquer padrão imposto, no qual seu corpo é o objeto de prazer e propriedade de outro, tantas demandas pregadas, ao tempo no qual a mesma é reprimida a sentir prazer ou a seus desejos, sendo apenas um objeto para satisfazer e não para obter a própria satisfação, sendo algo proibido ou não permitido.

Numa cultura na qual ao romper um casamento e denunciar agressões sofridas, a mulher vai ser julgada pelo ocorrido, na qual vão alegar que a mulher tenha merecido, provocado sua própria agressão e vão julgar as mulheres que não tenham suportado ao casamento. Uma frase tão viva socialmente: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, numa simples frase temos tantos significados sociais, traspassados entre as gerações, mas até quando vai esses limites? Até que ponto a sociedade é responsável e até mesmo cúmplice em presenciar atos de violência e não fazer nada para impedir, prestar um acolhimento, ou auxiliar na denúncia.

Num mundo em que tantos limites são estabelecidos às mulheres, as mesmas ficam em dúvida entre o que é certo ou errado. Pois o que elas aprendem em relação aos comportamentos que devem ter, demonstram incoerência com suas vivências, ou seja, nas relações familiares e sociais, as mulheres aprendem a serem pacientes e a zelar pela família, mas suas experiências permeadas pela violência doméstica demonstram que todo esse zelo e paciência podem causar sofrimentos, dores físicas e até mesmo colocar suas vidas em risco. Desse modo, a experiências de sofrimento das mulheres em decorrência da desigualdade de gênero pode ser potente no sentido de promover negações das aprendizagens produzidas pela cultura patriarcal.

A transgeracionalidade da violência intrafamiliar, se baseia na repetição de fatores familiares de cada conjugue, se tornando algo natural, ou pertencente a essa condição de família, essa repetição se baseia em fatores de violência, no qual via o pai agredindo a mãe, agressões verbais, privações de convivência, entre tantas outras possíveis dentro de uma relação familiar de violência.

[...] presenciar ou sofrer violência na infância pode resultar, na vida adulta, na aceitação de sofrer violência ou praticá-la como conduta comum e adequada. Conforme o modelo de identificação freudiano, seria a reprodução

inconsciente de se repetir, na vida adulta, a violência presenciada ou vivida nas relações infantis (FREUD, 1923/1974) (SILVA; NETO; FILHO, 2009, p.125).

A família sendo um fator de identificação, no qual o sujeito segue e repete, inconscientemente, as situações aprendidas e vividas reproduzem naturalmente a violência, porque o indivíduo tende a repetir e reproduzir fatores vivenciados em seu núcleo familiar, perante o decorrer de sua vida. No entanto, os sujeitos podem tomar conhecimento dessas reproduções inconscientes e a partir desse processo iniciar um movimento de negação dos padrões de relacionamento subjetivados que naturalizam a desigualdade de gênero e a violência intrafamiliar. Esse processo de tomada de consciência pode iniciar por meio da problematização do sofrimento ocasionado pelas repetições dos ciclos de violência intrafamiliar transgeracional.

[...] a transmissão psíquica se funda na articulação entre as perspectivas estruturais da família, ou seja: por um lado, a dimensão intragrupal (atual) definida pelo grupo (pais/crianças) e, por outro, a dimensão geracional (histórica). Nesse sentido, a história familiar precedente servirá de base para que o indivíduo retire dela material necessário às suas fundações narcísicas, como vetores da subjetividade. Nesse processo, ele recebe não só uma herança intergeracional – organizada por meio de vivências psíquicas elaboradas, tais como fantasias, imagens e identificações que se fundam em uma história familiar –, como também uma herança transgeracional, que consiste de elementos brutos, provenientes de vivências traumáticas, de não-ditos (segredos) e de lutos não elaborados (PASSOS, POLAK, 2004, p. 46).

A transmissão psíquica se perpassa entre as gerações, mesmo de algo que não é dito pela forma de linguagem, mas é perpassado pela forma da vivência dos acontecimentos ocorridos. Sendo uma aprendizagem por modelagem, onde estão associados modelos de aprendizado do sujeito.

[...] a contribuição sistêmica permitiu analisar a transmissão geracional entre pais e filhos em vários níveis interligados entre si, numa escala desde o ensino à aprendizagem de informação (modelagem), até a programação automática e inconsciente das reações emocionais e dos comportamentos dos indivíduos (SILVA *et al.*, 2015, p. 27).

A partir da análise do que é transmitido para o sujeito, desde o início de sua aprendizagem, até fatores relacionados ao inconsciente, quando a transmissão é relacionada a violência, a mesma está presente em diversas facetas do sujeito, sendo naturalizada, sendo seu único meio de visão, a violência.

Num ambiente no qual o sujeito cresce no meio da destruição dos direitos, presenciando ou vivenciando a violência, alguns indivíduos entendem que essa, é a maneira de se relacionar com outro, e por si só, de amar, se tendo estranheza quando se depara com situações adversas das rotineiras. O sujeito consegue romper esse ciclo de violência aprendido, quando encontra outras formas de aprendizagem e de ressignificações das vivências.

A reprodução da violência se torna algo transgeracional, sendo algo transmitido entre as gerações. Essas reproduções são subjetivadas conscientemente e inconscientemente, além de se agregar a mitos e a crenças produzidos socialmente que são apreendidos pela família e contribuem para a repetição da violência.

Uma nova família é constituída a partir de duas já existentes, quando duas pessoas se unem, carregam junto consigo sua família de origem e todas suas vivências, sendo a forma de se relacionar, semelhante à de seus pais, repetindo por sua vez diversos fatores, mesmo que esses sejam de violência.

No entanto, o sofrimento ocasionado no processo de repetições transgeracionais de relações de violência intrafamiliar pode impulsionar a transformação das relações familiares por meio da superação de concepções estereotipadas em relação aos papéis atribuídos aos gêneros. Dessa forma, o sofrimento pode produzir contradições entre o aprendido socialmente na reprodução da cultura dominante e as vivências que produzem infelicidade nessa reprodução. Portanto, a reflexão crítica sobre as experiências de reprodução da violência transgeracional perpassada pela desigualdade de gênero podem produzir negação e transformação das opressões de gênero reproduzidas transgeracionalmente nas famílias.

2.3 Os movimentos sociais

A importância dos movimentos sociais, principalmente do movimento feminista, traz consigo seus diversos significados, como o de ser um processo de resistência, organizado por mulheres, com a finalidade de denunciar a desigualdade entre os gêneros e reivindicar igualdade de direitos e privilégios. O movimento também, serve como um mecanismo denuncia dos abusos e violências sofridas, pelo gênero feminino e tenciona para que sejam criados meios que ofereçam ajuda através da criação de

políticas públicas de proteção, para as mulheres, principalmente para as vítimas de violência, favorecendo e estimulando a efetivação de denúncias das violências cometidas contra mulheres nos âmbitos públicos e privados. Segundo Navaz e Koller (2004) e Schraiber et al (2005, p. 82) “O movimento feminista foi um dos principais responsáveis por alertar sobre a necessidade de denúncia da violência ocorrida no interior dos lares”.

O movimento feminista vem como um alerta perante a sociedade, que algo está e está errado, e que é preciso mudar, o mesmo tem o potencial de quebrar crenças, tabus e ideias, pois nos movimentos sociais as mulheres tem a oportunidade de ter voz e serem ouvidas. O fato de estar em um grupo maior, oferece a oportunidade de visualizar o problema individual como sendo coletivo e proporcionar consciência sobre seus direitos e sentimento de ter forças para lutar em prol de uma vida mais digna e igualitária.

No movimento feminista, as mulheres assumem um protagonismo político, com o objetivo de tornar público as suas demandas e os sofrimentos e violências vivenciados nas relações de gênero. Então, esses movimentos dão visibilidade social, às desigualdades de gênero e contribuem para o questionamento dessa problemática, naturalizada socialmente pela cultura hegemônica que concebe como normal os padrões heteronormativos da família monogâmica.

O movimento de mulheres, exerceram papel fundamental nas conquistas históricas como no âmbito nacional em que, ocorreu o reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres que, se torna obrigatório a partir da constituição de 1988 e mais atualmente a Lei Maria da Penha, e no internacional, a implantação do dia internacional da mulher que rememora a importância do movimento feminista, além de colocar na agenda pública a necessária atenção às políticas de gênero (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 8).

Um direito conquistado, a partir das reivindicações do movimento feminista, foi a Lei Maria da Penha², que veio como uma conquista, de assegurar direitos das mulheres vítimas de violência, com o intuito de proporcionar segurança e proteção para as mulheres, que se encontram com seus direitos violados, esses sendo inclusive, o ato de sofrer qualquer tipo de violência que lhe ocorra danos. A lei também

² Considerado um marco importante referente a proteção da mulher, que surgiu após casos graves de violência sofrida pela mulher, como o fato de violência sofrido por Maria da Penha, no qual sobreviveu a diversas tentativas de homicídio sofridas pelo marido, por fim ficando paraplégica, sendo hoje uma das maiores líderes de movimentos que defendem os direitos das mulheres, cujo seu nome foi dado em nomeação para a Lei Maria da Penha.

apresenta penalidades para os agressores, com intuito de frear a violência sofrida e privando o agressor de liberdade, ou cumprindo determinações de um juiz.

A experiência de privações, sofrimentos e violências sofridos pelas mulheres, reproduzem nas mesmas a consciência de buscar se unir para pautarem as demandas necessárias, para buscarem formas de frearem essas reproduções. Nos movimentos, há a introdução da negação da cultura apreendida que naturaliza a violência e pensamentos machistas buscando a produção de um novo pensamento, de uma nova cultura que produz subjetividades protagonistas, reivindicadoras de direitos de cidadania para as mulheres.

Um fator perpassado entre as gerações é o machismo, e suas diversas problemáticas envolventes, pois bem, o machismo é algo aprendido e inserido nos sujeitos, um fator que ocorre dentro e fora do lar, se perpassa entre os ambientes. O machismo contribui ainda mais para a ocorrência da violência de gênero, pela desigualdade, no qual o sexo masculino é superior ao feminino.

Segundo Drumont (1980), o machismo constitui, portanto, um sistema de representações – dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo – os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos.

O machismo se apresenta inconscientemente nas desculpas conscientes utilizadas para a justificação de uma violência praticada contra uma mulher, sendo elas tanto físicas, como verbais, até as palavras proporcionadas por um flerte, no qual a linguagem utilizada se torna ofensiva, em vez de algo afetivo. O machismo proporciona uma hierarquização dos sexos, no qual o masculino se sente superior ao feminino, reproduzindo isso em suas falas e atitudes.

Já os movimentos sociais são um contraponto ao machismo e contribuem para as mulheres vítimas de violência transgeracional questionar os valores que favorecem a naturalização da submissão feminina. Desse modo, os movimentos sociais são potentes no sentido de proporcionar apoio as mulheres que nesse espaço tem a possibilidade de sair da condição de vítima de violência e de assumir um papel de protagonismo político na luta contra as desigualdades de gênero que favorecem a reprodução da violência transgeracional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se abordar sobre desigualdade de gênero, podemos afirmar que estamos nos referindo à desigualdade de poder entre homens e mulheres, podendo-se notar a existência da reprodução de violência doméstica e intrafamiliar, através dos ciclos de violência nas famílias. Vale destacar que esses ciclos podem ocorrer transgeracionalmente nos grupos familiares, e que são influenciados por uma sociedade patriarcal, na qual o gênero masculino possui um poder maior.

Além disso, é evidente o quanto as mulheres possuem papéis estereotipados na sociedade, contribuindo para a oposição nos papéis sociais, como por exemplo, o homem é voltado para o mundo do trabalho, enquanto a mulher para as atividades domésticas e familiares. Diante disso, é notável a existência da violência de gênero, tendo em vista que é um processo cultural e social, que se origina pela cultura do machismo.

Logo, pode-se considerar que uma cultura e um pensamento predominantemente machista e patriarcal produz a desigualdade de gênero, reproduzindo assim em violência transgeracional contra as mulheres, bem como, a naturalização de relações de violência.

Ressalta-se que a família é o nosso primeiro contato social, nele pode ocorrer situações de violência intrafamiliar, podendo acarretar violência transgeracional a partir dos processos naturalizados e reproduzidos perante as famílias. Vale salientar que as vivências de violência naturalizadas pela família, faz com que exista a reprodução da naturalização da violência física e psicológica através da desigualdade de gênero. Desta forma, é evidente que o patriarcado e a violência são apreendidos e naturalizados nas relações primárias estabelecidas na família, colaborando para sua reprodução em âmbito social.

Além do mais, pode-se dizer que apesar dos avanços referentes às mulheres, a autonomia do gênero feminino ainda é considerável baixo, primeiramente por conta da predominância do pensamento machista, bem como dos desafios enfrentados pela mulher, como por exemplo, a sua inserção no mercado de trabalho, a luta pela igualdade salarial, a superação tanto do julgamento moral e social, assim como das punições violentas.

Ressalta-se que as violências mais vivenciadas e reproduzidas são psicológica, física, sexual, dentre outras que podem ser perpetuadas por anos, sendo que o gênero feminino é o mais atingido, justamente por ser fisicamente mais frágil, ser um público

coibrado e julgado socialmente pelos princípios estabelecidos pela sociedade patriarcal, destacando que a mulher é condenada pelo seu corpo, ou seja, ela é coisificada.

Perante isso, pode-se perceber que a sociedade acaba sendo cúmplice e responsável pelos altos índices de violência contra a mulher, já que falta o acolhimento com as vítimas e o olhar sensível para atender e/ou auxiliar na denúncia.

A transgeracionalidade da violência intrafamiliar, se baseia na repetição de fatores familiares, tornando-se a violência como algo natural, ou pertencente a essa condição de família. Desta forma, a reprodução da violência se torna algo transgeracional, sendo algo transmitido entre as gerações, lembrando que essas reproduções são subjetivadas conscientemente e inconscientemente, além de se agregar a mitos e a crenças. A forma do sujeito romper esse ciclo de violência aprendido, é quando encontra outras formas de aprendizagem.

Destaca-se que os movimentos sociais, principalmente o movimento feminista é relevante para o rompimento desta visão machista e patriarcal que existe na sociedade, bem como também é considerado um processo de luta e resistência que possui a finalidade de denunciar a desigualdade entre os gêneros e reivindicar igualdade de direitos e privilégios.

Além disso, o movimento feminista é um mecanismo de denúncia dos abusos e violências sofridas pelo gênero feminino, fazendo com que haja maior reflexão sobre a questão da violência contra a mulher, assim como a criação de políticas públicas de proteção e prevenção para as mulheres. O maior exemplo de luta e resistência é a criação da lei maria da penha que visa assegurar direitos de mulheres vítimas de violência, com o intuito de proporcionar segurança e proteção para elas, penalizando os agressores.

Desta maneira, pode-se compreender que um fator perpassado entre as gerações é o machismo, e que por meio dele que se geram problemas e ocorrências de violência de gênero, propiciando assim a desigualdade e hierarquização dos sexos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/cd05_19.pdf. Acesso em: 22 de mai. 2021;
- COMIN, Fabio Scorsolini; SANTOS, Manoel Antonio dos. **Satisfação Conjugal: Revisão Integrativa da Literatura Científica Nacional.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Jul-Set 2010, Vol. 26 n. 3, pp. 525-531.
- DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1980.
- FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão e LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.** *Psicologia & Sociedade* 24.2 (2012): 307-314.
- GRANJON E. **A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica.** In: CORREA OBR. (org.). Os avatares da transmissão psíquica geracional. São Paulo: Escuta, 2000;
- HIRIGOYEN, Marie-France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006;
- MACY, R., Giattina, M. C., PARÓQUIA, S. L. & CROSBY, C. **Domestic violence and sexual assault services historical concerns and contemporary challenges.** *Journal of Interpersonal Violence*, 2010, [online];
- NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. **Famílias, gêneros e violências:** Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: M.N. STREY; M.P.R. de AZAMBUJA; F.P.JAEGER (eds.), *Violência, gênero e políticas públicas.* Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004;
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero:** articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 2006;
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, *et al.* **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo.** *Revista de Saúde Pública* 39 (2005): 376-382.
- OLIVEIRA, Romilda Sérgia de. **O corpo feminino: erotização e objetificação.** *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, Edição Especial. Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1377/1593>. Acesso em: 22 mai. 2021;

PASSOS, M. & POLAK, P. **A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família.** Mental, v.2, n.3, 2004, Barbacena;

PEDRO; Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres,** 2010. Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021;

RAZERA, J, CENCI CMB, FALCKE, D. **Violência doméstica e transgeracionalidade:** um estudo de caso. Revista de Psicologia da IMED 6 (1), 2014;

RENNER, L., & SLACK, K. S. **Inimate partner violence and child maltreatment:** Understanding intra and intergeneration connections. Child Abuse & Neglect, 2004;

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987;

SILVA, J. G., VALADARES, F. C. & SOUZA, E. R. **O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 2013, [online];

SILVA, S. S. da C., LIMA, L. C., PONTES, F. A. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. & SANTOS, T. M. dos. **Qualidade Conjugal:** Estudo de Caso de Ribeirinhos na Amazônia. Revista Interinstitucional de Psicologia, 2011, [online];

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; e CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica.** *Interface-Comunicação, Saúde, Educação* 11 (2007): 93-103.

SILVA, E.C. da; ROCHA, R. da; BOBATO, S.T; BECKER, A. P. S e LORENZETTI, N. **Heranças psíquicas geracionais e a conjugalidade contemporânea: Uma revisão sistemática.** Pensando Famílias, 19(1), jun. 2015, 19-31.

SILVA, Maria Arleide da; NETO, Gilliatt Hanois Falbo e FILHO, José Eulálio Cabral. **Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 1, p. 121-127, jan./mar. 2009.

SCHRAIBER, L.B.; GOMES, R.; COUTO, M.T. **Homens e saúde na pauta da saúde coletiva.** Ciência e Saúde Coletiva, 2005.

WAGNER, A., & FALCKE, D. **Satisfação conjugal e transgeracionalidade: uma revisão teórica sobre o tema.** *Psicologia Clínica*, 13, 1-15, 2001.

WINCK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. **A voz mais alta, mas na hora certa: A naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem.** Ártemis, vol. 9, Dez 2008, p. 113-133.